

## ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDPD – GESTÃO 2016-2018

1  
2 Aos cinco dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às quatorze horas,  
3 realizou-se na sala de reuniões do gabinete da Prefeitura, a nona reunião ordinária  
4 do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD gestão  
5 biênio 2016-2018, que apresenta a seguinte pauta: **1.** Aprovação da pauta da 9ª  
6 Reunião Ordinária. **2.** Deliberação da ata da 8ª Reunião Ordinária Gestão 2016-  
7 2018. **3.** Ofício nº. 002/2017 – SEPLAN, solicitando indicação de representantes  
8 para Comissão Permanente de Acessibilidade. **4.** Apresentação sobre o Benefício  
9 de Prestação Continuada – BPC, com a equipe do Instituto Nacional de Seguro  
10 Social – INSS. **5.** Relato de Comissões. **6.** Informes Gerais. A vice-presidente do  
11 Conselho, Ana Carmen Dias, inicia a reunião cumprimentando a todos e passa a  
12 palavra ao secretário-executivo, Fausto Salamão Cirico, que realiza a leitura dos  
13 ofícios indicando ou substituindo conselheiros, sendo: Ofício nº 25/2015 do  
14 Conselho Regional de Nutricionistas – CRN indicando a senhora Jéssica Caroline  
15 Góes da Silva em substituição a senhora Izabela Baioni Aylon, como conselheira  
16 titular, e a senhora Natália Aparecida de Albuquerque em substituição a senhora  
17 Sabrina Lopes dos Santos, como conselheira suplente; Ofício nº 11/2017  
18 Associação Norte Paranaense de Áudio Comunicação Infantil – ANPACIN,  
19 informando a substituição da conselheira titular Vanessa Linhares pela senhora  
20 Paulette Bernardes Costa; Ofício nº 461/2017 da Secretaria Municipal de  
21 Educação de Maringá – SEDUC indicando como conselheira titular Fernanda de  
22 Carvalho Polonio e como suplente Ana Paula Marchenichen; Ofício nº 49/2017 da  
23 Universidade Estadual de Maringá – UEM comunicando a substituição da  
24 conselheira titular Tânia dos Santos Alvares Silva pela senhora Marília Ignatius  
25 Nogueira Carneiro, e a substituição da conselheira suplente Sonia Mari Shima  
26 Barroco pelo senhor Décio Roberto Calegari. Dando prosseguimento a vice-  
27 presidente do Conselho solicita que eu realize a leitura da ata da 8ª Reunião  
28 Ordinária da Gestão 2016-2018, na ausência do secretário do Conselho, Gustavo  
29 Lacatus. Após a leitura a ata foi aprovada por unanimidade sem nenhuma  
30 alteração. Na sequência o presidente do Conselho, Ricardo Alexandre Vieira, inicia  
31 sua fala, pedindo desculpa por seu atraso e colocando para deliberação a pauta da  
32 presente reunião que, sem nenhuma alteração foi aprovada por unanimidade. Logo  
33 após o secretário-executivo do Conselho faz a leitura do ofício nº 02/2017, da  
34 Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo – SEPLAN, solicitando a  
35 representação de conselheiros do CMDPD na Comissão Permanente de  
36 Acessibilidade – CPA. O presidente do Conselho explica a importância de  
37 acompanhar as decisões dessa Comissão e participar de suas discussões. A  
38 conselheira Maria Aparecida faz a observação que essa é uma comissão rigorosa  
39 e necessária para o município, bem como informa que participou de sua gestão  
40 passada, colocando-se a disposição para participar novamente. Após algumas  
41 colocações ficaram eleitas para essa comissão as conselheira Maria Aparecida,  
42 como titular e Maria José Pombalino, como suplente. Dando prosseguimento o  
43 presidente do Conselho passa a palavra para a Assistente Social do Instituto  
44 Nacional do Seguro Social – INSS, Cleide Castilho, para apresentação sobre o  
45 Benefício de Prestação Continuada – BPC. A senhora Cleide apresenta as  
46 características do Benefício, seus critérios, formas de acesso, legislações e público  
47 para o qual ele é destinado: idosos e pessoas com deficiência, cuja renda por  
48 pessoa do grupo familiar seja menor que 1/4 do salário-mínimo vigente, ou seja,  
49 menor que R\$ 234,25. Cleide apresenta ainda as legislações que hoje regem o  
50 BPC e quais as propostas de mudança para concessão do mesmo. O presidente  
51 do Conselho pergunta sobre o caso de um parente que teve câncer e vai fazer uso

52 de bolsa de colostomia permanente, estando impossibilitado de trabalhar, que foi  
53 orientado pelo INSS que não terá direito de receber o Benefício. A senhora Cleide  
54 responde que cada caso é analisado separadamente, sendo que provavelmente  
55 esse tem um algum motivo que foge dos critérios para concessão. A conselheira  
56 Paulette Bernardes Costa se manifesta indignada com os critérios de concessão e  
57 fala que a análise é muito excludente. A senhora Cleide concorda, mas relata que  
58 nos anos em que a avaliação era somente médica os processos de concessão  
59 eram ainda mais excludentes, sendo que desde 2009 a avaliação é médica e  
60 social. Cleide informa que atualmente é necessário que o beneficiário possua  
61 Cadastro Único e que a doação de terceiros é considerado renda, bem como,  
62 informa que duas pessoas com deficiência morando na mesma casa não terão  
63 dois benefícios concedidos, apenas um. No caso de famílias que possuem idoso  
64 que já recebe o BPC, também não é concedido um BPC para pessoa com  
65 deficiência. A conselheira Maria Aparecida relata que essas regras e critérios  
66 rígidos resultam em atos de corrupção, sendo que as pessoas usam outros meios  
67 para conseguir o benefício, se valendo de mentira ou omissão de dados para sua  
68 concessão. A conselheira informa ainda que o benefício deveria ser estendido às  
69 famílias de pessoas com deficiência, pois a maioria delas possuem pais, mães ou  
70 responsáveis que deixam de trabalhar para cuidarem dos filhos. O presidente do  
71 Conselho fala que na última Conferência do Conselho Nacional das Pessoas com  
72 Deficiência – CONADE, foi feita a proposta para essas famílias, mas não foi  
73 aprovada. Ele comenta ainda que as pessoas com deficiência sofrem muito com as  
74 barreiras em sua vida comunitária, exemplificando que seus materiais ou  
75 equipamento, como muletas, cadeiras de rodas ou outros itens de acessibilidade,  
76 em geral são muito caros e comprometem muito o orçamento dessas pessoas. A  
77 conselheira Márcia Marussi Silva manifesta indignação aos critérios do BPC e suas  
78 alterações dizendo que o governo está dificultando cada vez mais o acesso. Ela  
79 sugere que o Conselho se posicione contra essas injustiças. A conselheira Maria  
80 José comenta que na época que trabalhava na Associação de Pais e Amigos dos  
81 Excepcionais – APAE, preenchia os documentos dos alunos para requisição deste  
82 benefício e que pôde observar durante esse processo que a burocracia e as  
83 dificuldades para a concessão do Benefício só aumentaram. A vice-presidente do  
84 Conselho comenta que é hora de discutir esses casos para levar as Conferências,  
85 verificar essa questão nas legislações para ampliar o acesso ao BPC e qualificar a  
86 pessoa com deficiência ao mercado de trabalho. Após essas colocações o  
87 secretário-executivo do Conselho informou que o Conselho Municipal de  
88 Assistência Social – COMAS deliberou em sua última reunião plenária a  
89 elaboração de uma Carta em Defesa do BPC e encaminhará ela ao CMDPD  
90 solicitando apoio e assinatura conjunta. Frente a isso ficou deliberado que a  
91 Comissão de Políticas Públicas e Acessibilidade analisará essa carta e discutirá  
92 sobre o assunto para trazer propostas para a próxima plenária. **Sendo assim o**  
93 **presidente do Conselho agradece a presença da senhora Cleide Castilho e**  
94 **passa a palavra para a conselheira Daniella Hernandes que inicia o relato da**  
95 **Comissão de Políticas Públicas e Acessibilidade pelo primeiro item: Ofício nº**  
96 **01/17 da Cooperativa dos Centros de Condutores de Maringá – ACENCON em**  
97 **resposta ao ofício nº.12/17 do CMDPD sobre intérprete de libras e carro**  
98 **adaptado.** A conselheira relatou que a Comissão discutiu o ofício encaminhado  
99 pela ACENCON onde informa que para atendimento aos surdos existe um  
100 convênio com a entidade ASUMAR para que os interpretes, previamente  
101 cadastrados e agendados, comparecem nas clínicas credenciadas pelo DETRAN,  
102 para acompanhar os alunos nas aulas e exames. A ACENCON informa ainda que

103 não haverá a contratação de dois interpretes de libras, justificando não ter  
104 demanda para isso e por não ser uma solução viável aos Centros de Formação de  
105 Condutores. Quanto a cópia do DVD contendo videoaula para surdos, a  
106 ACENCON informou não ser possível encaminhar ao Conselho tendo em vista os  
107 direitos autorais que o protegem. Sobre o veículo adaptado a Associação informa  
108 que já é de conhecimento da 13ª Ciretran a sua existência e que inclusive passa  
109 por vistorias para obter licença para aulas e exames. A Associação pede ao  
110 CMDPD que proceda com a mesma cobrança aos demais Centros de Formação  
111 de Condutores do município que a ela não são associados. A representante da  
112 ASUMAR, Daniella Hernandez, presente na reunião da Comissão, informou que o  
113 convênio existente entre o DETRAN-PR e a ASUMAR prevê a disponibilização de  
114 interpretes de libras apenas para os exames. Frente a isso, a Comissão solicitou  
115 que a entidade encaminhe uma cópia deste contrato de convênio. Frente a leitura  
116 do ofício da ACENCON, a Comissão entendeu que o mesmo não responde as  
117 demandas solicitadas pelo Conselho e deliberou o agendamento de uma nova  
118 reunião com a 13ª CIRETRAN, a fim de solicitar que proceda a fiscalização  
119 referente as questões de acessibilidade junto aos Centros de Formação de  
120 Condutores do município, associados ou não a ACENCON. Após este relato o  
121 secretário-executivo do Conselho esclareceu a plenária que as solicitações feitas  
122 pelo CMDPD à ACENCON não foram respondidas. Esclareceu ainda que a  
123 informação de que existe um convênio com a entidade ASUMAR para que os  
124 interpretes, previamente cadastrados e agendados, comparecem nas autoescolas  
125 para acompanhar os alunos às aulas e exames, não está totalmente correta  
126 conforme exposto pela conselheira Daniela, uma vez que o convênio existente  
127 entre ASUMAR e DETRAN-PR dispõe apenas sobre os exames realizados na 13ª  
128 CIRETRAN. Eu, em conjunto com o presidente do Conselho, informo que a  
129 secretaria-executiva tentou agendar a nova reunião com a 13ª CIRETRAN porém,  
130 após diversas tentativas e justificativas do superintendente desse órgão, ainda não  
131 foi possível confirmar a mesma. A conselheira Fernanda Polonio informa que a  
132 conselheira Ana Paula Marchinichen tentou iniciar o processo de habilitação porém  
133 a 13ª CIRETRAN exigiu que ela tivesse carro adaptado para realizar a prova. Ela  
134 então procurou a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa ao Consumidor –  
135 PROCON e, pouco tempo depois recebeu retorno da 13ª CIRETRAN dizendo que  
136 a Auto Escola Brasília havia adquirido tal carro. A conselheira Marília Nogueira  
137 Carneiro relata que tem um amigo surdo que está com dificuldades nessa tentativa  
138 de habilitação resultando em diversos custos financeiros adicionais ao valor já  
139 pago, sendo que ele já fez nove tentativas nos testes práticos. A vice-presidente  
140 reforça a necessidade de denúncia ao Conselho nesses casos de dificuldades ou  
141 impedimentos de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação – CNH por motivos  
142 de falta de acessibilidade, a fim de que o CMDPD leve os casos aos órgãos  
143 competentes. A conselheira Paulette pergunta a conselheira Daniella se todos os  
144 intérpretes de libras de Maringá são cadastrados na ASUMAR. Daniella responde  
145 que a ASUMAR possui cadastro apenas com alguns interpretes, para fins de  
146 cumprir com o contrato firmado com o DETRAN-PR, auxiliando os surdos nos  
147 exames para obtenção da habilitação. Após algumas colocações a plenária  
148 deliberou, por unanimidade, continuar tentando agendar a reunião com o  
149 superintendente da 13ª CIRETRAN, a fim de cobrar que esse órgão proceda com  
150 as fiscalizações e cobranças de adequação junto aos centros de formação de  
151 condutores e, caso essa reunião não seja agendada até a próxima reunião da  
152 Comissão de Políticas Públicas e Acessibilidade, sejam discutidas outras medidas  
153 cabíveis, podendo, por exemplo, acionar diretamente o DETRAN-PR para que ele

154 faça a fiscalização e tome as providências. **Dando prosseguimento eu relatei o**  
155 **segundo item da Comissão de Políticas Públicas e Acessibilidade: Visita ao**  
156 **Hospital Psiquiátrico dia 07 de março de 2017 a fim de verificar as condições**  
157 **de atendimento ao paciente idoso que se tornou deficiente visual em**  
158 **decorrência de agressão na instituição.** Eu informei que na visita realizada, com  
159 representantes do CMDPD e Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, foi  
160 possível observar que o paciente está sendo medicado e recebendo todos os  
161 cuidados do Hospital. Segundo a Assistente Social do Hospital o paciente já  
162 obteve alta hospitalar, porém é medicado constantemente com sinais de surtos.  
163 Além disso, possui conduta agressiva e depende de cuidados pessoais em razão  
164 da deficiência e doenças crônicas, como diabetes, hipertensão e hipertireoidismo,  
165 o que exige acompanhamento 24 horas. A assistente social informou ainda que até  
166 o presente momento não teve retorno da 14ª Promotoria de Maringá e nem da  
167 Promotoria de Colorado e que por este motivo o paciente continua acolhido no  
168 Hospital. O CMDI foi convidado para uma audiência na 14ª Promotoria de Maringá,  
169 no dia 20 de abril do corrente ano, para tratar do presente caso. Considerando que  
170 já havia um parecer conjunto dos dois Conselhos em realizar uma reunião com a  
171 14ª Promotoria, o CMDI convidou um representante do CMDPD para participar  
172 dessa audiência. **Dando prosseguimento eu realizei a leitura do terceiro item**  
173 **da Comissão de Políticas Públicas e Acessibilidade: Visita na Casa Lar do**  
174 **Idoso Benedito Franchini, dia 14 de março de 2017, para verificar as**  
175 **condições de atendimento do senhor Marcos Antonio Trintin.** Eu relatei que a  
176 Comissão de Políticas Públicas e Acessibilidade do CMDPD recebeu uma  
177 solicitação de visita na Casa Lar do Idoso Benedito Franchini, para verificar as  
178 condições de atendimento do senhor Marcos, de 46 anos de idade, com deficiência  
179 física, que estaria tendo problemas no atendimento oferecido pela instituição. Na  
180 visita, a Comissão pode observar que há uma dificuldade de relacionamento entre  
181 Marcos e a coordenadora da instituição, Dayane. Segundo Marcos, Dayane seria  
182 muito exigente. A coordenadora informou que Marcos recebe um tratamento  
183 diferenciado na unidade por não ser idoso. Informa ainda que ele possui TV no  
184 quarto e que não precisa participar de todas as atividades propostas pela  
185 instituição aos idosos. Além disso Dayane informou ainda que ele se recusa a  
186 fazer fisioterapia e terapia psicológica. Os membros da Comissão que participaram  
187 da visita informaram que é possível identificar que a instituição se empenha em dar  
188 bom atendimento ao Senhor Marcos, porém a dificuldade está nele aceitar sua  
189 condição e na convivência com os demais acolhidos, principalmente com a  
190 coordenadora. A Comissão informa ainda que não encontrou indícios de maus-  
191 tratos ao acolhido e sim a dificuldades de convivência. **Dando prosseguimento o**  
192 **secretário-executivo do Conselho lê o relato da Reunião sobre o Condomínio da**  
193 **Pessoa com Deficiência.** Resumidamente ele informa que foram realizadas duas  
194 reuniões sobre o Condomínio. A primeira no dia 08 de março de 2017, no Paço  
195 Municipal, para a qual foram convidados representantes do CMDPD,  
196 representantes das entidades e pessoas com deficiência de Maringá. Após  
197 discussões, foi deliberado a composição de uma comissão para construção dos  
198 critérios de admissão ao Condomínio, formada por: Heloísa Nefrek, Deuza Prates  
199 de Carvalho, Ricardo Alexandre Vieira, Ismael Melo, Paulo Eivaldo da Silva, Kelly  
200 Correa e Valdecir Morette. A segunda reunião foi realizada por essa comissão no  
201 dia 24 de março do corrente ano, na Secretaria de Assistência Social, onde foram  
202 discutidos algumas diretrizes a serem consideradas na construção dos critérios de  
203 admissão. Após discussões, o Senhor Ismael Melo ficou encarregado de elaborar  
204 e enviar um pré-projeto para os membros da Comissão, que posteriormente será

205 submetido para análise do CMDPD. Nesse pré-projeto deve conter: os objetivos do  
206 condomínio; seus critérios de admissão; a equipe necessária para prestar os  
207 atendimentos; dentre outros aspectos. Em resumo esse projeto deve traçar qual o  
208 perfil da pessoa com deficiência que seria público desse Condomínio, bem como  
209 suas características estruturais e equipe de trabalho. Antes da realização dos  
210 informes a conselheira Mariana Piculli lembrou que, para além do Condomínio da  
211 Pessoa com Deficiência, o prefeito havia solicitado ao CMDPD, em reuniões  
212 anteriores, o levantamento de demandas referentes às pessoas com deficiências,  
213 e para isso o Conselho faria a revisão das reivindicações que compõem a carta  
214 compromisso assinada por ele na época da campanha eleitoral. O secretário-  
215 executivo do Conselho informou que esse termo de compromisso estará em pauta  
216 na próxima reunião da Comissão de Políticas Públicas e Acessibilidade para fins  
217 de sugerir e articular as estratégias necessárias ao cumprimento das  
218 reivindicações, sendo que nessa reunião é possível realizar a revisão dos itens  
219 reivindicados. Após algumas colocações ficou deliberado que a secretaria-  
220 executiva do Conselho encaminhará a carta com as reivindicações para os  
221 conselheiros tomarem conhecimento e poderem dar sugestões. Na sequência o  
222 presidente do Conselho faz o informe do terceiro módulo da capacitação do  
223 CMDPD, realizado no dia 16 de fevereiro de 2017, ressaltando que o palestrante e  
224 os conteúdos abordados foram muito proveitosos para a atuação do Conselho,  
225 porém poucos conselheiros participaram, apesar dos esforços da secretaria-  
226 executiva que avisou a todos. O presidente faz ainda um informe do Campeonato  
227 Sul Brasileiro de Gol Boal, nos dias 21, 22 e 23 de abril, no Centro Esportivo do  
228 Jardim Alvorada. Serão duas equipes masculinas representando Maringá,  
229 Associação Maringaense Amigos do CAP – AMACAP e Associação dos  
230 Deficientes Visuais de Maringá – ADEVIMAR. A vice-presidente do Conselho faz  
231 um informe sobre as vagas destinadas à pessoa com deficiência para o  
232 Abatedouro de Aves Canção, sendo que ela enviará por e-mail para divulgação.  
233 Nada mais havendo a tratar, eu, Carla Passarella, encerro a presente ata com os  
234 principais assuntos abordados que, após lida e aprovada, será assinada por mim,  
235 pelo secretário-executivo e pelo presidente do Conselho, constando em anexo a  
236 lista de presença com assinatura de todos os conselheiros presente.

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

---

**Carla Passarella**

*Secretária “ad hoc”*

---

**Fausto Salamão Cirico**

Secretário-Executivo do Conselho

---

**Ricardo Alexandre Vieira**

Presidente do Conselho